

O VENTO COMUM



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

JULIUS S. SCOTT

O vento comum
Correntes afro-americanas
na Era da Revolução Haitiana

Prólogo

Marcus Rediker

Tradução

Elizabeth de A. S. Martins

Sco84v

Scott, Julius S.

O vento comum : correntes afro-americanas na era da Revolução Haitiana / Julius S. Scott ; tradutora: Elizabeth de A. S. Martins. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

Título original: *The Common Wind. Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution*.

1. Haiti – História – Revolução. 2. Haiti – Política e governo. 3. Haiti – História social. I. Martins, Elizabeth de A. S. II. Título.

CDD – 972.9403
– 320.97294
– 305.80097294

ISBN 978-85-268-1677-0

Copyright © by Julius S. Scott
Copyright da tradução © by Elizabeth de A. S. Martins
Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

Título original:
The Common Wind.
Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution.
First published by Verso, 2018.

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Aos meus pais e à memória dos meus avós

SUMÁRIO

Prólogo, por Marcus Rediker	9
Prefácio	15
Agradecimentos	19
Abreviaturas	21
Mapa	23
1 – “A Caixa de Pandora”: o Caribe sem senhores de escravos no final do século XVIII	25
2 – “Negros em navios estrangeiros”: marinheiros, escravos e comunicação	59
3 – “A incerteza é de mil formas perigosa”: notícias, rumores e política às vésperas da Revolução Haitiana	95
4 – “As Ideias de Liberdade mergulharam tão profundamente”: comunicação e revolução, 1789-1793	135
5 – “Conheçam seus verdadeiros interesses”: Saint-Domingue e as Américas, 1793-1800	175
Epílogo	215
Bibliografia	225
Índice remissivo	247

PRÓLOGO

Marcus Rediker

Toussaint: dos homens o mais infeliz!
Ora um semeador arranha seus ouvidos
Ao arar; agora sua cabeça jaz
No fundo de uma masmorra inaudível.
Oh miserável chefe, onde e quando
Terá descanso? Mas não morra! Carregue
Com suas correntes uma face alegre.
Se, caído, não mais se levantar,
Viva e se console! Você deixará
Forças em seu lugar: terra, céu e ar.
Sequer um arfar do vento comum
o esquecerá! Grandes são seus aliados:
as agonias, os entusiasmos,
o amor e a humana mente inconquistável.

O título deste livro vem de um soneto que William Wordsworth escreveu em 1802: “To Toussaint L’Ouverture”, o grande líder da Revolução Haitiana, que logo morreria de pneumonia como prisioneiro de Napoleão no Fort de Joux, no leste da França.

Julius S. Scott nos mostra o poder humano coletivo por trás das palavras de Wordsworth. Ele se concentra na “respiração do vento comum”, questionando quem inalou a história de Toussaint e da revolução e quem a sussurrou novamente como histórias subversivas que circularam com velocidade e força pelo Atlântico. Scott dá substância à bela abstração de Wordsworth ao mostrar

“mentes invencíveis” em ação – uma tripulação heterogênea de marinheiros, escravos fugitivos, pessoas de cor livres, quilombolas, soldados desertores, mulheres do mercado, condenados fugitivos e contrabandistas. Essas pessoas, em movimento, tornaram-se os vetores pelos quais as notícias e experiências circularam por dentro, em torno e por meio da Revolução Haitiana. Scott nos oferece uma história social e intelectual extraordinária da revolução vista de baixo.

Não seria exatamente correto chamar *O vento comum* de um “clássico subterrâneo”. Seu *status* de clássico é indiscutível, mas a metáfora seria equivocada: o livro trata do que aconteceu não no subterrâneo, mas sim abaixo do convés, no mar e nas docas, em navios e canoas e nas águas agitadas das cidades portuárias durante a era da Revolução Haitiana. No entanto, seria correto dizer que o livro e sua reputação são paralelos ao mundo dos marinheiros e de outros trabalhadores itinerantes que são seu tema central: ambos viveram uma existência de fugitivos – difíceis de encontrar e conhecidos em grande parte por meio de histórias contadas boca a boca. Durante décadas, os historiadores têm falado nas suas conferências em tom baixo, admirado e conspiratório sobre o trabalho de Scott – “você já ouviu falar...?”. Desde seu início como uma tese de doutorado em 1986, passando por suas incontáveis citações por acadêmicos de diversas áreas até o presente, *O vento comum* ocupou por muito tempo um lugar incomum no mundo acadêmico.

Lembro-me perfeitamente do momento em que ouvi falar dele pela primeira vez. O amigo e mentor de Julius S. Scott na Duke University, Peter Wood, tinha ido em 1985 à Georgetown University, onde eu lecionava na época, para dar uma palestra. Depois, enquanto atravessávamos a “Praça Vermelha” e discutíamos questões que surgiram sobre sua palestra, Wood mencionou que tinha um aluno de doutorado que estava estudando o movimento marítimo das ideias e notícias da Revolução Haitiana durante e após a década de 1790, a década em que o Atlântico estava em chamas, de Porto Príncipe a Belfast, Paris e Londres.

Minhas primeiras palavras para Wood foram: “Como alguém pode estudar isso?”. Lembre-se de que eu havia concluído recentemente uma dissertação sobre marinheiros atlânticos do século XVIII; portanto, se alguém poderia saber como Scott fez isso, esse alguém poderia ser eu. Mesmo assim, fiquei impressionado com a descrição do projeto feita por Wood e mais do que curioso para saber mais. Wood nos colocou em contato, Scott e eu começamos a nos

corresponder e, mais ou menos um ano depois, após sua apresentação e defesa, li *O vento comum*. Na época, eu estava convencido, e estou convencido agora, de que esse é um dos estudos históricos mais criativos que já li.

Scott aborda uma questão que há muito incomodava os senhores de escravos ao redor do Atlântico – o que um deles, em 1791, chamou de “modo desconhecido de transmitir inteligência entre os negros”. Inteligência é exatamente a palavra certa, pois o conhecimento que circulava no “vento comum” era estratégico em suas aplicações, ligando as notícias do abolicionismo inglês, do reformismo espanhol e do revolucionarismo francês às lutas locais no Caribe. Pessoas itinerantes usavam as redes de comércio e sua própria mobilidade autônoma para formar redes subversivas, das quais as classes dominantes da época estavam bem cientes, mesmo que os historiadores posteriores, até Scott, não estivessem.

Scott, portanto, cria uma nova maneira de ver um dos maiores temas da história, o que Eric Hobsbawm chamou de “a era das revoluções”. Ele altera a nossa percepção em dois sentidos: vemos a época flamejante de baixo para cima e do lado do mar. Ao enfatizar os homens e as mulheres que conectaram por mar Paris, Sevilha e Londres a Porto Príncipe, Santiago de Cuba e Kingston, e que depois, em pequenas embarcações, conectaram portos, *plantations*, ilhas e colônias entre si, Scott cria uma geografia transnacional de luta nova e altamente imaginativa. Momentos de resistência de baixo para cima em várias partes do mundo, até então desconectadas, agora aparecem como partes constituintes de um amplo movimento humano. As forças – e os criadores – da revolução são esclarecidos como nunca antes.

O livro é povoado por figuras há muito esquecidas, que, no passado, inspiraram suas próprias histórias. Um fugitivo do Cap Français se autodenominava “Sans-Peur” (“Sem Medo”), um nome com uma mensagem, tanto para seus companheiros inimigos da escravidão quanto para qualquer um que tentasse caçá-lo. As quitadeiras africanas sem nome em Saint-Domingue chamavam umas às outras de “marinheira”, expressando por meio de seus cumprimentos uma forma de solidariedade que remonta aos bucaneiros do século XVII. John Anderson, conhecido como “Old Blue”, era um marinheiro jamaicano que escapou de seu dono com uma enorme coleira de ferro em volta do pescoço. Ele evitou ser capturado ao longo da orla por 14 anos, período em

que sua reputação era “tão longa e distinta quanto sua barba grisalha” (p. 89). A riqueza da narrativa do livro é extraordinária.

Um dos pontos principais do trabalho de Scott é a cidade portuária, onde povos itinerantes de todo o mundo se reuniam para trabalhar. Inseridos em relações de trabalho cooperativo pelo capital transnacional para transportar as mercadorias, esses trabalhadores transformavam sua cooperação em projetos próprios. Scott mostra como o modo capitalista de produção de fato funcionou nas cidades portuárias, não apenas gerando muita riqueza por meio do comércio, mas também produzindo movimentos de oposição de baixo para cima. Como o miserável Lord Balcarreses, governador da Jamaica, explicou em 1800, “pessoas turbulentas de todas as Nações” compunham a classe baixa de Kingston. Caracterizadas por “um espírito de nivelamento geral”, elas estavam preparadas para a insurreição – prontas para incendiar a cidade e deixá-la em cinzas (p. 40). Scott mostra como a orla marítima se tornou um “caldeirão de insurreições” (p. 128) e como “ciclos de agitação” transnacionais eclodiram em muitas cidades portuárias durante as décadas de 1730, 1760 e 1790. O último deles explodiu em uma revolução que alcançou todo o Atlântico.

Scott estava fazendo história transnacional e atlântica muito antes de essa abordagem e esse campo terem se tornado novas tendências na escrita histórica. Dizer que ele estava à frente de seu tempo seria uma afirmação insuficiente. Muitas das frases que ele escreveu há mais de 30 anos parecem ter sido escritas ontem. “Atravessando fronteiras linguísticas, geográficas e imperiais, a tempestade criada [...] por pessoas itinerantes [...] em sociedades escravocratas viria a ser um grande ponto de virada na história das Américas” (p. 18). Essas conclusões baseiam-se em uma extensa pesquisa de arquivos realizada na Espanha, na Grã-Bretanha, na Jamaica e nos Estados Unidos e em fontes primárias publicadas em e sobre Cuba, Saint-Domingue e outras partes do Caribe. Elas contam uma história nova e surpreendente nos orgulhosos anais da “história vista de baixo”.

Scott utilizou de forma criativa um rico conjunto de conhecimento radical para conceituar o livro. Da obra de Christopher Hill, *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* (1987), Scott utiliza a noção de “sem senhor” (*masterless*), originalmente usada para descrever os homens e mulheres do século XVII que andavam soltos e eram muitas vezes expropriados, para criar algo totalmente novo, “o Caribe sem senhores”,

os homens e mulheres que ocupavam e se movimentavam entre os espaços altamente “dominados” do sistema de *plantations* escravagistas. Inspirado pelo livro de C. L. R. James intitulado *Mariners, renegades, and castaways: the story of Herman Melville and the world we live in* (1953), Scott considera os sujeitos heterogêneos e nômades que conectaram o mundo no início da era moderna e que mais tarde ganharam vida nos romances marítimos de Melville. Scott também se baseia no trabalho de Georges Lefebvre, o grande historiador da Revolução Francesa que cunhou a expressão “história vista de baixo” na década de 1930 e que mostrou, em sua obra clássica *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa* (1932), como os boatos provocaram uma grande agitação social e política. Rumores de emancipação, espalhados por tripulações heterogêneas sem senhores, tornaram-se uma força material em todo o Caribe e no Atlântico durante a década de 1790.

O vento comum é uma daquelas obras raras que transmitem não apenas novas evidências e novos argumentos, embora haja uma abundância de ambos, mas uma visão totalmente nova de um período histórico, neste caso, a era das revoluções, um dos momentos mais profundos da história mundial. A Revolução Haitiana, Wordsworth ficaria feliz em saber, “não morre”. Julius S. Scott segue o rastro do povo invicto que ele estuda, contando-nos uma nova história – de exultação e agonia, de amor e revolução. Ele nos deu um presente para todos os tempos.

PREFÁCIO

No verão de 1792, apenas três dias antes do terceiro aniversário da Tomada da Bastilha em Paris, três batalhões de voluntários do exército esperavam ansiosamente no porto de La Rochelle, na França, para embarcar para o Caribe francês. Ansiosos, leais à República francesa e fortemente comprometidos com os ideais da revolução que continuava a se desenrolar ao seu redor, esses soldados, no entanto, tinham apenas uma vaga noção da situação complexa que os aguardava nas colônias.

Assim que a Revolução Francesa começou em 1789, os habitantes dos domínios franceses no exterior perceberam que as amplas mudanças governamentais e sociais na pátria-mãe representavam uma oportunidade para promover seus próprios interesses. Os fazendeiros e comerciantes buscavam maior liberdade em relação ao controle dos ministros coloniais, e as pessoas de cor livres procuravam livrar as colônias da desigualdade de castas, mas os escravos, que constituíam a grande maioria da população em todos os territórios franceses na América, montaram o desafio mais fundamental à autoridade metropolitana. Ocorreram revoltas esporádicas de escravos nas ilhas francesas já no outono de 1789, inspiradas nas ideias de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Embora os colonos brancos tenham conseguido conter esses primeiros distúrbios, em agosto de 1791 uma rebelião maciça de escravos eclodiu em Saint-Domingue (atual Haiti), a colônia escravocrata francesa mais rica e importante no Caribe. Enquanto essas jovens tropas se reuniam em La Rochelle, as forças francesas continuavam a lutar em vão para subjugar a revolução dos escravos em Saint-Domingue, que já durava quase um ano inteiro. Os voluntários enfrentavam uma tarefa difícil: restabelecer a ordem em Saint-Domingue em nome da Assembleia Nacional Francesa.

Antes de partir, os jovens recrutas foram submetidos a uma inspeção pelo general La Salle, ele próprio pronto para partir para Saint-Domingue como membro do mesmo contingente. Duas dessas unidades recém-criadas haviam, após cuidadosa deliberação democrática, adotado *slogans* que descreviam sua missão e seu compromisso, como fizeram muitos dos batalhões criados na época da Revolução Francesa. Eles estampavam as palavras preciosas em seus bonés e as costuravam em seus estandartes coloridos. La Salle examinou os *slogans* com grande interesse. A bandeira de um dos batalhões dizia, de um lado, “Virtude em ação” e, do outro, “Sou vigilante pelo país”, palavras de ordem que La Salle considerou aceitáveis. Mas o *slogan* escolhido pelo batalhão do Loire chamou a atenção do general: “Viva livre ou morra”.

Preocupado com a possibilidade de os soldados não entenderem a natureza delicada de sua missão, o general reuniu as tropas e explicou-lhes o perigo que tais palavras representavam “em uma terra onde toda propriedade é baseada na escravidão dos negros, que, se adotassem esse *slogan*, seriam levados a massacrar seus senhores e o exército que está atravessando o mar para trazer paz e lei à colônia”. Embora elogiasse seu forte compromisso com o ideal de liberdade, La Salle aconselhou as tropas a encontrar uma maneira nova e menos provocativa de expressar esse comprometimento. Diante da desagradável perspectiva de deixar para trás seu estandarte “ricamente bordado”, os membros do batalhão seguiram relutantemente a sugestão do general e cobriram seu *slogan* com tiras de tecido com a inscrição de dois novos credos escolhidos às pressas e com significados muito diferentes: “A Nação, a Lei, o Rei” e “A Constituição Francesa”. Além disso, aqueles que ostentavam “Viva livre ou morra” em seus bonés prometeram que iriam “suprimir” esse *slogan*. Para maior desânimo das tropas, o general lhes impôs outras mudanças. Em vez de plantar uma tradicional e simbólica “árvore da liberdade” em sua chegada a Saint-Domingue, os batalhões agora plantariam “uma árvore da paz”, que também teria a inscrição “A Nação, a Lei, o Rei”. Escrevendo para o atual governador-geral em Saint-Domingue, La Salle concluiu que tudo o que restava era “neutralizar a influência dos mal-intencionados” e manter sob controle o fervor revolucionário equivocado dos soldados durante a longa viagem transatlântica.¹

Como La Salle reconheceu, os recentes acontecimentos nas Américas, especialmente a revolução em Saint-Domingue, demonstraram de forma

convincente o poder explosivo das ideias e dos rituais da era das revoluções em sociedades baseadas na escravidão. Durante três anos, oficiais franceses como La Salle tentaram impedir que *slogans* e práticas revolucionárias atravessassem o Atlântico para circular nas ilhas francesas e inspirar escravos e pessoas de cor livres, mas sem sucesso. Aparentemente determinados a “viver livres ou morrer”, os rebeldes negros da colônia francesa iniciaram uma insurreição que, apesar da oposição de milhares de tropas como as que embarcaram nos navios com o general La Salle em julho de 1792, teria sucesso na conquista da libertação dos escravos e culminaria na segunda nação independente do Novo Mundo em 1804.

As autoridades britânicas, espanholas, norte-americanas e de outros territórios onde havia escravidão africana compartilhavam o problema de La Salle. Assim como as notícias e as ideias da Revolução Francesa se mostraram voláteis demais para ser contidas, relatos da rebelião negra em Saint-Domingue se espalharam rápida e incontrolavelmente por todo o hemisfério. Por meio do comércio legal e do contrabando, e da mobilidade de todos os tipos de pessoas, de marinheiros a escravos fugitivos, ocorreu um amplo contato regional entre as colônias americanas antes de 1790. Na última década do século XVIII, os residentes das ilhas do Caribe e dos continentes do norte e do sul passaram a depender da movimentação de navios, mercadorias, pessoas e informações.

Antes, durante e depois da Revolução Haitiana, as redes regionais de comunicação traziam notícias de interesse especial para os afro-americanos em todo o Caribe e além. Antes do início da revolta em Saint-Domingue, as autoridades britânicas e espanholas já lutavam contra rumores desenfreados que previam o fim da escravidão. Esses relatos ganharam intensidade na década de 1790. Enquanto os fazendeiros viam com alarme a perspectiva crescente de um território negro autônomo, temendo que um levante violento e bem-sucedido dos negros pudesse levar seus próprios escravos a se revoltarem, os acontecimentos em Saint-Domingue proporcionaram notícias empolgantes para escravos e negros livres, aumentando o interesse deles por assuntos regionais e os estimulando a organizar suas próprias conspirações. No final da década, os governantes das sociedades escravistas da Virgínia à Venezuela tentaram restringir a rede de rebelião negra criando obstáculos à comunicação efetiva entre as colônias.

Embora o general La Salle entendesse, em 1792, o impacto potencial das correntes revolucionárias no mundo atlântico sobre as mentes e aspirações dos escravos caribenhos, nem ele nem seus comandados poderiam prever até que ponto os ventos da revolução soprariam na direção oposta. Atravessando fronteiras linguísticas, geográficas e imperiais, a tempestade criada pelos revolucionários negros de Saint-Domingue e comunicada por pessoas itinerantes em outras sociedades escravistas viria a ser um ponto de inflexão significativo na história das Américas.

NOTA

- ¹ General La Salle para Governador-Geral Desparbés, 11 de julho de 1792, reproduzido em Corre, 1897, pp. 26-27.

AGRADECIMENTOS

Há muitas, muitas pessoas a quem agradecer. Seria impossível agradecer a todas elas. Em primeiro lugar, agradeço às pessoas que me ajudaram na pós-graduação na Duke University. Peter Wood nos mostrou uma maneira totalmente nova de pensar sobre nós mesmos e sobre a história intelectual. Ele me ensinou a entender os escravizados como pessoas pensantes, e este livro é um tributo a ele. John Jay TePaske, que lecionou história colonial da América Latina, me convenceu a ir a Sevilha. Raymond Gavins me ensinou a ser um cidadão na profissão. Aprendi muito com Larry Goodwyn e Bill Chafe.

Sou grato aos bolsistas e à equipe do Carter G. Woodson Institute, da Universidade da Virgínia, e ao falecido Armstead L. Robinson, diretor do Instituto na época, que merece um agradecimento especial. Além disso, várias pessoas me ajudaram ao longo dos anos e apoiaram o empreendimento de *O vento comum*: Laurent Dubois, Ada Ferrer, Neville Hall, Tera Hunter, Robin Kelley, Jane Landers, Peter Linebaugh, Marcus Rediker, Elisha Renne, Larry Rowley, Rebecca Scott, James Sidbury, Matthew Smith, Rachel Toor e Stephen Ward.

Agradeço também à equipe dos vários arquivos e bibliotecas que visitei: Archivo General de Indias (Sevilha), Public Record Office (Londres, agora chamado de The National Archives), Jamaica Archives (Spanish Town), National Library of Jamaica (Kingston), Institute of Commonwealth Studies (Londres), John Carter Brown Library (Providence, Rhode Island), Historical Society of Pennsylvania (Filadélfia), American Antiquarian Society (Worcester, Massachusetts), a Bibliothèque des Frères (Porto Príncipe, Haiti) e a Bibliothèque de Saint-Louis-de-Gonzague (Quebec). Um agradecimento especial à comunidade do Departamento de Estudos Afro-Americanos e Africanos da Universidade de Michigan. Por fim, gostaria de agradecer a Ben Mabie e Duncan Ranslem, da Verso Books, por sua assistência cuidadosa e gentil.

